

Fortaleza, 11 de março de 2022.

À

P.M. ARAXÁ/MG

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09.036/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA, QUE CONTEMPLE CONTROLADOR DE VELOCIDADE, AVANÇO SEMAFÓRICO, TALÃO ELETRÔNICO, SISTEMA DE GESTÃO DE DADOS DE ACIDENTES DE TRÂNSITO, PROCESSAMENTO DE INFRAÇÕES, GERAÇÃO DE RELATÓRIOS ESTATÍSTICOS, LEITURA AUTOMÁTICA DE PLACAS PARA ENVIO DE DADOS ONLINE A POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS DE FORMA CONTINUADA, PARA CONTROLE E GERENCIAMENTO DO TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE ARAXÁ/MG

MOBIT – MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA., empresa participante do processo licitatório, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº. 16.383.848/0001-87, por meio de sua representante abaixo assinado, vem, mui respeitosamente, solicitar esclarecimento para os itens a seguir, para elaboração das propostas e documentação de habilitação para o Edital acima citado:

1. Acerca da vigência contratual e composição de preços unitários:

Sabendo que no item 22.1 do edital, no item 34.1 do Anexo I – Termo de Referência e item 3.1 do Anexo XI – Minuta do Contrato, dispõe o que segue:

“22 - DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

22.1 - O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado, em virtude de interesse público devidamente justificado, desde que mantidas as mesmas condições do contrato original, ressalvadas alterações necessárias à recomposição do equilíbrio econômico financeiro inicial e demais hipóteses previstas nos termos do art. 57, II, da Lei 8.666/93 e legislação pertinente (...)” (grifos nossos)

Sabendo, ainda, que a **vigência inicial do contrato é de 12 (doze) meses**, contados da data da sua assinatura, com eficácia legal a partir da sua publicação, conforme item 20.1 do edital em tela.

Em complemento ao disposto nos itens acima transcritos, segue o que preconiza o Art. 57, II, da lei 8.666/93:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:
(...)

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;(…)” (grifos nossos)

Porém, no item 7.1.5.3, alínea “c” do Instrumento é descrito o que segue:

f

"7.15.1.3 - Planilha Orçamentária contendo:

- a) Orçamento detalhado: com indicação do respectivo custo unitário de equipamentos e serviços (unitário de material + serviços), percentual de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) para o item, preço unitário (custo unitário acrescido do BDI), e preço total do item.*
- b) Composição de custos: devendo constar a composição dos custos de implantação, operação e manutenção preventiva e corretiva, indicados no orçamento detalhado, calculados levando-se em conta todos os materiais, mão de obra e encargos necessários à sua execução.*
- c) **Composição de custos relativos às implantações iniciais dos equipamentos, considerando a eventual prorrogação do contrato após o período de 48 meses, a fim de amortização (...)"** (grifos nossos)*

QUESTIONAMOS:

- a) Entendemos que o prazo de amortização relativos às implantações dos equipamentos deverá ser de 60 (sessenta) meses. Nosso entendimento está correto? Caso contrário, solicitamos esclarecer.
- b) Entendemos que as composições de preços unitários descritas nas alíneas "a" a "c" do item 7.15.1.3 supracitadas deverão ser apresentadas, após convocação, pela Licitante melhor classificada junto com a proposta readequada, conforme itens 8.17 e 13.18 do edital, não sendo exigido na proposta inicial de cada licitante. Nosso entendimento está correto? Caso contrário, solicitamos esclarecer.
- c) Face a divergência identificada na descrição do prazo a ser cumprido pela licitante declarada vencedora para apresentação da proposta readequada ao seu lance final nos itens 8.17 e 13.18 do edital em referência, SOLICITAMOS informar qual deve prevalecer.

2. Acerca da medição mensal dos serviços:

No item 17 do edital em tela, e tendo o mesmo texto observado no item 31 do Anexo I – Termo de Referência, temos:

"17 – DAS MEDIÇÕES DE SERVIÇO E FORMA DE PAGAMENTO

17.1 - Os pagamentos serão efetuados conforme medição e na seguinte forma:

17.1.1 – O(A) CONTRATADO(A) obterá pagamentos somente referentes aos serviços efetivamente contratados, medidos e executados, conforme atestado e aprovado pela fiscalização da CONTRATANTE.

17.1.2 - A medição dos serviços será mensal, após apuração dos quantitativos executados. Somente será medido o serviço executado, observadas as respectivas especificações e preços de planilha, mediante autorização expressa do CONTRATANTE.

17.1.3 - Os itens elencados na planilha só serão mensalmente pagos se estiverem em perfeitas condições de operação, segundo prazos estabelecidos no Termo de Referência.

***17.1.4 - No item 3 "Processamento da notificação de autuação" da planilha de custos, serão pagos somente as notificações de autuação com exceção das multas Não identificação de Condutor-NIC, as notificações de penalidade já estão inclusas. (...)"** (grifos nossos)*

Solicitamos **ESCLARECER:**

- a) Entendemos que, para o disposto no item 17.1.4 acima, referente ao item da planilha "Processamento da notificação de autuação":
 - i. o item da planilha referente ao serviço "Processamento da notificação de autuação" no item 4.1 do Anexo I e no Anexo VI – Modelo da Proposta de Preços é o item 1 – código 68945 – "Digitação e processamento de autuação". Nosso entendimento está correto? Caso contrário esclarecer.



- ii. tanto as multas registradas equipamentos eletrônicos fixos, quanto as registradas pelos talonários eletrônicos e incluindo as oriundas de talonário manual serão medidas. Está correto nosso entendimento? Caso contrário, esclarecer e justificar.
- iii. Solicitamos esclarecer que tipo de multas de autuação serão excluídas da medição.
- iv. As notificações de penalidade serão medidas neste mesmo item? Caso contrário, como serão medidas e que valor unitário será atribuído?

3. Acerca do Orçamento de Referência:

No item 4.1 do Anexo I – Termo de Referência, temos a planilha de Orçamento de Referência da P.M.Aráxá/MG para o Instrumento em tela.

Na análise de seu item 1 – código 68945 – “Digitação e processamento de autuação”, observamos DIVERGÊNCIA no cálculo do valor total quando aplicado o valor unitário e multiplicado este pela quantidade estimada (12 meses), conforme segue:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO R\$ (MENSAL)	QTDE ESTIMADA MENSAL	QTDE ESTIMADA (12 meses)	VALOR TOTAL R\$ (12 meses)
1	68945	Digitação e processamento da notificação de autuação (quantitativo x12 meses)	UN	9.963,333	2.000,00	24000	239.119,992

Na transcrição acima vemos o valor considerado no edital, porém refazendo os cálculos chegando ao que segue:

R\$ 9.963,333 X 24.000 UNID: R\$ 239.119.992,00

Com base no acima exposto, entendemos que o valor unitário por unid do serviço em questão seja R\$ 9,963. Nosso entendimento está correto? Caso contrário, solicitamos esclarecer e apresentar nova planilha com o valor do orçamento de referência adequado para fins de julgamento da proposta.

4. Acerca das sanções administrativas:

No item 23 do edital supracitado, e tendo o mesmo texto observado no item 36 do Anexo I – Termo de Referência e, ainda, na Cláusula Décima do Anexo XI – Minuta do Contrato, temos:

“23 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1 - O **atraso injustificado na execução dos serviços** sujeitará o LICITANTE VENCEDOR à advertência e **multa de mora de 0,5% (meio por cento) sobre o valor adjudicado.**

(...)

23.2 – Pela **inexecução total ou parcial do contrato** a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao LICITANTE VENCEDOR as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – **Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor adjudicado;**

(...)

23.5 - **Por infração a quaisquer outras cláusulas contratuais, será aplicada multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor total do Contrato atualizado, cumuláveis com as demais sanções, inclusive rescisão contratual, se for o caso.**

(...)” (grifos nossos)

Entendemos que o(s) percentual(is) de multa a ser aplicado em caso de inexecução parcial do contrato, de atraso na execução dos serviços e infração a quaisquer outras cláusulas contratuais será(ão) aplicado sobre a parcela inadimplida do contrato. Nosso entendimento está correto? Caso contrário esclarecer e justificar.

5. Acerca da declaração de MARCA/MODELO na proposta de preços:

Sabendo que no portal LICITANET consta a planilha que deve ser preenchida, incluindo os campos MARCA/ MODELO para item.

Sabendo que no item 6.2 do edital consta o que segue:

“6.2 - As propostas registradas no Sistema NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Em caso de identificação do licitante na proposta registrada, esta será desclassificada pelo(a) Pregoeiro(a).” (grifos nossos)

Entendemos que caso seja ofertada solução da própria licitante os campos MARCA e MODELO devem ser preenchidos com PRÓPRIA. Nosso entendimento está correto? Caso contrário esclarecer.

6. Acerca da quantidade de módulos de avanço semafórico:

Na Planilha Orçamentária constante no item 4.1 do Anexo I – Termo de Referência, temos para o serviço de Locação do Módulo avanço semafórico a quantidade estimada mensal de 18 (dezoito) faixas.

Porém, na relação de locais previstos para instalação dos equipamentos de fiscalização eletrônica constante no item 4.5 do mesmo Anexo encontramos 16 (dezesesseis) faixas para a funcionalidade Avanço.

Sabendo o que preconiza na Lei 8.666/93, em seu Art. 7º:

“(…) Art. 7o As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte seqüência:

...

§ 2o As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

...

§ 4o É vedada, ainda, a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo(…)” (grifos nossos)

Solicitamos esclarecer a quantidade a ser considerada para fins de levantamento de custo e elaboração da proposta a ser enviada.

Caso a resposta a solicitação acima seja 18 (dezoito) faixas, solicitamos, ainda, a revisão da lista de pontos, de forma a permitir a adequada orçamentação em conformidade com a legislação pertinente.



f

7. Acerca da Demonstração dos equipamentos:

No item 13.2 do edital em referência é descrito:

“(...) 13.2 - A Comissão Técnica de Avaliação realizará a prova de conceito em duas etapas:

13.2.1 - A demonstração dos equipamentos/sistema destinado a prova de conceito deverá iniciar no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a fase de habilitação, podendo ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado e aceito pela administração(...)” (grifos nossos)

Entendemos que o prazo de 10 dias úteis supracitado é referente ao prazo para a licitante declarada vencedora demonstrar o que está definido para a primeira etapa (de acordo com o item 13.3), após a devida convocação pelo Pregoeiro, e, somente após a finalização desta etapa haverá a convocação para a segunda etapa (descrita no item 13.4). Nosso entendimento está correto? Caso contrário esclarecer.

Por fim, vale ressaltar que a respostas aos questionamentos acima são de vital importância para a elaboração das Propostas e dos Custos, de forma a obter a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

As respostas a estes questionamentos poderão ser encaminhadas através do e-mail: salatecnica@mobitbrasil.com.br.

Certos de V. atenção, desde já agradecemos.



Monique Rangel das Chagas Coêlho Cintra

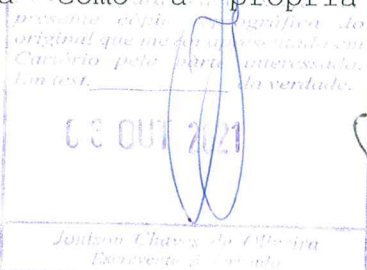
Representante Legal - R.G. 2003002206701

MOBIT – MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA - CNPJ nº 16.383.848/0001-87



INSTRUMENTO PÚBLICO DE PROCURAÇÃO

SAIBAM todos quantos este público instrumento de **PROCURAÇÃO** virem que, aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um (23/08/2021), nesta cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, República Federativa do Brasil, a este Notariado, sito na Av. Desembargador Moreira, nº 1000-A, Aldeota, compareceu perante mim - ANDREZZA TALIA SANTIAGO - escrevente deste 8º Tabelionato Aguiar, como **OUTORGANTES - MOBIL - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0001-87, com sede à Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, nº 387 - Conjunto 101, Vila Nova Conceição, São Paulo, São Paulo, **MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0002-68, com sede à Rua Joaquim Figueiredo, nº 68, Triângulo, Juazeiro do Norte, Ceará, **MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0003-49, com sede à Rua Francisco Heronildes da Silva, nº 165, Nova Betânia, Mossoró, Rio Grande do Norte, **MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0004-20, com sede à Rua Israel, nº 13-B, Jardim São Cristóvão, São Luís, Maranhão, **MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0005-00, com sede à Rua Raimundo Juvino de Oliveira, nº 2436, Lagoa Nova, Natal, Rio Grande do Norte, **MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0006-91, com sede à Rua Bolívia, nº 245 - Edícula, Cechino, Americana, São Paulo, **MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0007-72, com sede à Rodovia BR 116, nº 10.000 B, Jangurussu, Fortaleza, Ceará, **MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0008-53, com sede à Travessa Manoel Rodrigues do Monte, nº 92, Domingos Olímpio, Sobral, Ceará, **MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0009-34, com sede à Avenida Floriano Peixoto, nº S/N, Quadra 007 - Lote 09/10/21/22, Loteamento Esplanada, Parauapebas, Pará e **MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0011-59, com sede à Rua Manoel Inácio Bezerra, nº 84, , Centro, Brejo Santo, Ceará, todas neste ato representadas por sua diretora executiva, CRISTIANE JOSINO PINHEIRO, nascida em 05/12/1965, brasileira, casada, administradora, Cédula de Identidade 90002059628/SSPDS-CE (CNH-00943098245/DETRAN-CE), CPF/MF 231.989.073-49, com escritório profissional situado na Rodovia BR 116, nº 10.000, Jangurussu, nesta cidade de Fortaleza-Ceará, reconhecida como a própria por mim



escrevente, conforme os documentos apresentados, de cujas capacidade jurídica dou fé, e por ela, representante das Outorgantes, me foi dito que por este instrumento nomeiam e constituem seus procuradores, ora denominados **OUTORGADOS - EQUIPE 01 - ANDRÉ MAZZEI DE CAMPOS**, brasileiro, casado, engenheiro civil, Cédula de Identidade 23.854.733-4/SSP-SP, CPF/MF 256.005.538-46, residente e domiciliado na Rua Antonio Clemente, 382, Jardim São Paulo - São Paulo/SP; **MONIQUE RANGEL DAS CHAGAS COELHO CINTRA**, brasileira, casada, engenheira civil, Cédula de Identidade 2003002206701/SSP-CE, CPF nº 938.213.287-20, escritório profissional situado na Rodovia BR 116, nº 10.000-B, Jangurussu, nesta cidade de Fortaleza/CE; **WALDEN MEIRELES PRATA**, brasileiro, casado, engenheiro, Cédula de Identidade 458786/SSP-CE (CNH-02912923005/DETRAN-CE), CPF nº 073.486.903-78, com endereço profissional na Rodovia BR 116, nº 10.000-B, Jangurussu, nesta cidade de Fortaleza/CE; **LUIZ ANTONIO PENNA FRANCA**, brasileiro, casado, engenheiro químico, Cédula de Identidade 08.403.579-9/IFP-RJ, CPF/MF 013.842.847-61, residente e domiciliado na Rua Antônio Clemente, nº 382, Jardim São Paulo (zona norte), São Paulo-SP, **RONALDO DA SILVA LIMA**, brasileiro, solteiro, coordenador de licitações, Cédula de Identidade 20014588/SSP-SP, CPF/MF 093.173.718-41, residente e domiciliado na Rua Guaxumã, nº 304, Vila Rio Branco, São Paulo/SP; **ANDRÉ RANGEL LEITE VIANA**, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, Cédula de Identidade 2005009183240/SSP-CE, CPF/MF 039.928.183-57, com endereço na Avenida Santos Dumont, nº 7777, Fortaleza/CE; **EQUIPE 02 - CLAUDIO JOSÉ SIVIERI**, brasileiro, casado, representante comercial, Cédula de Identidade 22.398.378-0/SSP-SP, CPF/MF 173.098.998-57, com endereço na Rua Baltazar da Silveira, nº 172, conj. 23, IV, São Paulo/SP; **VINICIUS ASCENCIO**, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, Cédula de Identidade 10.737.418-3/SESP-PR, CPF/MF 073.689.489-66, com endereço na Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, nº 387, conjunto 101, Vila Nova Conceição; **RICARDO CESAR AMORIM DE FREITAS**, brasileiro, casado, gerente de contratos, Cédula de Identidade 93002116200/SSP-CE, CPF/MF 635.638.003-91, com endereço profissional na Rodovia BR 116, nº 10.000-B, Jangurussu, nesta cidade de Fortaleza/CE; **FABIO DE SOUSA YOSHINAGA**, brasileiro, casado, representante comercial, Cédula de Identidade 20083039451/SSP-CE, CPF/MF 501.243.903-15, com endereço profissional Rua Manoel Soares Couto, nº 36, sala 01, bairro Tiradentes, Juazeiro do Norte-CE; **RICARDO ATAIDE JORDAO DE VASCONCELOS**, brasileiro, solteiro, representante comercial, Cédula de Identidade 5715752/SSP-PE, CPF/MF 009.264.204-70, com endereço na Av. da Abolição, nº 1898, 1303 - CM 3, Meireles, Fortaleza-Ceará, ao(s) qual(is) confere(m) os seguintes **PODERES: os outorgados da EQUIPE 01 poderão representar, em conjunto ou isoladamente**, a Outorgante nas licitações públicas de qualquer modalidade, seja Concessões e/ou Permissões Públicas, Concorrência, Tomada de preços, convite, pregão presencial ou eletrônico, concurso, leilão, Registro de Preços ou atas de adesão (carona), junto aos órgãos da Administração Pública Federal, Municipal, suas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades



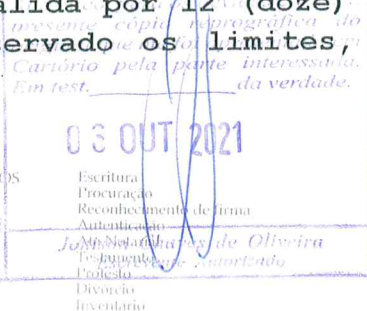
AGUIAR
8º Tabelionato

NOTÁRIOS PÚBLICOS
Bel. ANTONIO CLAUDIO MOTA DE AGUIAR - Bel. LUIZ CARLOS AGUIAR FILHO
Tabelião Substituto

Fls.

193

de Economia Mista, Paraestatais, Secretarias de Governo, outros órgãos, em todo o território Nacional, podendo ditos procuradores, requerer vista dos autos do processo administrativo; assinar as competentes atas das sessões públicas ou reuniões realizadas; impetrar, apresentar e desistir de recursos administrativos contra quaisquer decisões seja em qualquer fase do procedimento licitatório; efetuar impugnação; fazer pedidos de esclarecimentos, anuir, consentir, transigir, assinar denúncia e/ou representação no âmbito dos Tribunais de Contas da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios; assinar termos de constituição de consórcio; fazer propostas de preço; ofertar lances, rebaixas e descontos em pregões e qualquer modalidade de licitação; assinar contratos de fornecimento, execução, locação, prestação de serviços, declarações e formulários destinados à Licitação; assinar contratos administrativos e seus aditivos, ofícios, oriundos de licitação pública; credenciar prepostos, efetuar visitas técnicas; enfim, praticar todos os atos legais e necessários ao fiel cumprimento deste mandato. Autorizados, ainda, a representar, em conjunto ou isoladamente, a OUTORGANTE perante os conselhos profissionais, especialmente CREA's e CRA's, em todo território nacional. os outorgados da EQUIPE 02 poderão representar, em conjunto ou isoladamente, a Outorgante em licitações públicas de qualquer modalidade, seja Concessões e/ou Permissões Públicas, Concorrência, Tomada de Preços, Convite, Pregão Presencial ou Eletrônico, Concurso, Leilão, junto aos órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, suas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista, Paraestatais, Secretarias de Governo, outros órgãos em todo o território nacional, podendo os ditos procuradores, requerer vista dos autos do processo administrativo; assinar as competentes atas das sessões públicas ou reuniões realizadas; impetrar, apresentar e desistir de recursos administrativos contra quaisquer decisões seja em qualquer fase do procedimento licitatório; efetuar impugnação; fazer pedidos de esclarecimentos, anuir, consentir, transigir, fazer propostas de preço; ofertar lances, rebaixas e descontos em pregões e qualquer modalidade de licitação; efetuar visitas técnicas; enfim, praticar todos os atos legais e necessários ao fiel cumprimento deste mandato. Autorizados, ainda, a representar, em conjunto ou isoladamente, a OUTORGANTE perante os conselhos profissionais, especialmente CREA's e CRA's, em todo território nacional. **É vedado o substabelecimento. Esta procuração é válida por 12 (doze) meses, a contar desta data, devendo sempre ser observado os limites, restrições e atos permitidos pelo**



n10

contrato social da Outorgante em vigor. (SOB MINUTA). E, assim o disse e me pediu que fosse lavrado este instrumento que lhes sendo lido, aceita e assina, perante mim, escrevente autorizada. **DECLARAÇÃO FINAL** - O(A)(S) OUTORGANTE(S) declarou(aram) que se responsabiliza(m) pela exatidão da qualificação e identificação do(a)(s) OUTORGADO(a)(s), bem como pelos dados fornecidos relacionados ao objeto e teor deste mandato. (A) ANDREZZA TALIA SANTIAGO, ESCRIVENTE AUTORIZADA, (AA) CRISTIANE JOSINO PINHEIRO, CRISTIANE JOSINO PINHEIRO, CRISTIANE JOSINO PINHEIRO, CRISTIANE JOSINO PINHEIRO, CRISTIANE JOSINO PINHEIRO, CRISTIANE JOSINO PINHEIRO, CRISTIANE JOSINO PINHEIRO, CRISTIANE JOSINO PINHEIRO, CRISTIANE JOSINO PINHEIRO. TRASLADADA HOJE. Fortaleza, 23 de agosto de 2021. Eu ANDREZZA TALIA SANTIAGO, ANDREZZA TALIA SANTIAGO, escrevente a digitei e conferi. E eu ANDREZZA TALIA SANTIAGO, ESCRIVENTE AUTORIZADA, subscrevo e assino em público e raso do que uso. **VÁLIDA SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE.** Emolumentos R\$ 347,50, Fermoju R\$ 43,80, FAADEP R\$ 17,40, Selo R\$ 56,40, FRMP R\$ 17,40, Total R\$ 482,50, Digitalização R\$ 6,71. Conforme Portaria 2749/2015 TJ-CE, Leis Estaduais 14.826/10 e 15.249/12 e Provimento 14/2018 CGJCe.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE.

ANDREZZA TALIA SANTIAGO
ESCRIVENTE AUTORIZADO(A)
(Matricula: 080118)

PODER JUDICIÁRIO
Estado do Ceará

Selo Tipo 6
SELO - 6

AA877079-K6M9	AA877079-L7M9
AA877080-I4M9	AA877081-C7M9
AA877082-C7M9	AA877083-E9M9
AA877084-C7M9	AA877085-D8M9
AA877086-E9M9	AA877087-K6M9

SELO DIGITAL DE
AUTENTICIDADE

Consulte a validade do Selo Digital em:
selodigital.tjce.jus.br/portal



CUSTAS E EMOLUMENTOS INCIDENTES

Nº do Atendimento: 100100
Total Emolumentos: R\$ 347,50
Total FERMOJU: R\$ 43,80
Total Selos: R\$ 56,40
Valor Total: R\$ 447,70

Base de Cálculo / Atos com Valor Declarado

Base/Negócio 1: R\$ 0,00

Detalhamento da cobrança / Listagem dos
códigos da tabela de emolumentos envolvidos

Códigos: 2003



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2003002206701 DATA DE EMISSÃO 20/02/2009

NOME MONIQUE RANGEL DAS CHAGAS COELHO CINTRA FILIAÇÃO ANTONIO TAVARES DAS CHAGAS

EDNA CARVALHO RANGEL DAS CHAGAS

NATURALIDADE RIO DE JANEIRO - RJ DATA DE NASCIMENTO 23/05/1970

DOC. ORIGEM CERT. CASAMENTO - CARTÓRIO: 5 ZONA TERMO: 008276 FOLHA: 088 V LIVRO: 8-015 FORTALEZA - CE CPF 938.213.287-20

2 VIA ASSINATURA DO DETENTOR P.: 1

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO MILTON BARBOSA DE SOUSA

ASSINATURA DO TITULAR

ASSINATURA DO DETENTOR

POLEGAR DIREITO

AUTENTICAÇÃO

N. 1K 975405

Av. Des. Moreira

Nº 1000/A

Aldeota

Fortaleza - Ceará

CEP 60170-001

Telefone 3486-7777

ALDO SOBRINHO

CONSELHO DE

PROFESSORES

Autentico, para os devidos efeitos a presente cópia reprográfica do original que me foi apresentado em Cartório pela parte interessada. Em test.

16 NOV. 2021

Pedro Alinson Duarte e Silva

Escrevente Autorizado

AUTENTICAÇÃO

N. 1K 975405

Av. Des. Moreira

Nº 1000/A

Aldeota

Fortaleza - Ceará

CEP 60170-001

Telefone 3486-7777

ALDO SOBRINHO

CONSELHO DE

PROFESSORES

Autentico, para os devidos efeitos a presente cópia reprográfica do original que me foi apresentado em Cartório pela parte interessada. Em test.

16 NOV. 2021

Pedro Es

AUTENTICAÇÃO

N. 1K 975405

Av. Des. Moreira

Nº 1000/A

Aldeota

Fortaleza - Ceará

CEP 60170-001

Telefone 3486-7777

ALDO SOBRINHO

CONSELHO DE

PROFESSORES